
Brasis possíveis e cabíveis: entrecruzamentos entre *Frey apollonio: um romance do Brasil* e a Historiografia Filosófica de Von Martius

Wellington Ribeiro da Silva¹

Resumo: As concepções de homem, natureza, sociedade, selvageria e civilização, categorias que transitam, imiscuem-se ou se confrontam nos embates entre os defensores e os detratores do projeto de ciência em franca ebulição na Europa no primeiro meado do século XIX, fornecem um pano de fundo para estudos que buscam comparar o alcance da métrica do viajante naturalista com suas outras apreciações não científicas que, sob a pena desse viajante, entabulam leituras de uma nação brasileira em franca gestação. No presente ensaio, a importância dos estudos eminentemente científicos será aferida meramente como parâmetro de cotejo com uma abordagem política e outra de cunho estético. Busca-se revisitar a dissertação *Como se deve escrever a História do Brasil*, de Martius, cotejando-a com o seu romance autobiográfico *Frey Apollonio: um romance do Brasil* e o diário *Viagem pelo Brasil*. Postula-se a recorrência de prismas, lugares-comuns, conceitos e aconselhamentos dirigidos aos mandatários do poder político brasileiro em ambas as obras o que fornecem um rico terreno a pesquisas futuras sobre as imbricações, convergências e idiosincrasias entre o científico, o histórico e o literário em von Martius.

Palavras-chave: Natureza. Historiografia. Martius. Brasil. Ficção.

POSSIBLE AND SUITABLE BRAZILS: CROSSOVERS BETWEEN *FREY APOLLONIO: UM ROMANCE DO BRASIL* AND THE PHILOSOPHICAL HISTORIOGRAPHY OF VON MARTIUS

Abstract: The notions of man, nature, society, savagery and civilization, categories that meddle or contrast each other in the clashes between defenders and detractors of the booming European science project of the first half of the 19th century, are the background for comparisons between the reach of the naturalist traveler's metrics with his other non-scientific assessments, the latter setting out understandings of a Brazilian nation in open gestation. In this essay, the importance of eminently scientific studies will be measured solely as a parameter for comparison with a political and an aesthetic approach. The aim is to revisit the dissertation *Como se deve escrever a História do Brasil*, by Martius, comparing it with his autobiographical novel *Frey Apollonio: um romance do Brasil* and his *Viagem pelo Brasil* diary. The recurrence of perspectives, commonplaces, concepts and advices directed at the Brazilian political agents in both works is noted, providing a rich terrain for future research on the overlaps, convergences and idiosyncrasies between the scientific, the historical and the literary in von Martins.

Keywords: Nature. Historiography. Martius. Brazil. Fiction.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor assistente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás e doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás. Email: wellantifa20@gmail.com

Introdução

O estudo se propõe à investigação da relação entre as dimensões literária e histórico-pedagógica, tendo como ponto de partida a dissertação do naturalista e antropólogo alemão Carl Friedrich Philipp von Martius que, no primeiro meado do século XIX, percorreria o território brasileiro e, juntamente com seu companheiro de viagem, o botânico Johann Baptist von Spix, fornecera um substancial estudo acerca da geografia e da biologia. Como se sabe, o século XIX, principalmente no seu primeiro meado, é pródigo da presença de estrangeiros, muitos motivados por razões técnicas e econômicas, mas, na sua imensa maioria, movidos com o condão de mapear lugares, nomear e classificar espécies vegetais e minerais, além de compendiar traços culturais, arquitetônicos, culinários, linguísticos etc., enfim, de compilar todo o patrimônio humano até então de interesse meramente exótico e, doravante, convertê-lo aos auspícios da métrica da ciência.

A obra mais famosa destes dois viajantes é o compêndio *Viagem pelo Brasil* diário de viagem resultante de notável trajeto pela interlândia brasileira. Os dois cientistas bávaros vieram para o Brasil no ano de 1817, eram integrantes da comitiva da imperatriz Maria Leopoldina que, em função de seu casamento com o herdeiro do trono português, o príncipe D. Pedro I, promovera a vinda de missões científicas, dentre elas, a austríaca, a qual os dois viajantes estavam vinculados.

Eles permaneceram em território brasileiro por três anos e percorreram praticamente 10.000 km, num trajeto que incluiu transcurso e estada em plagas da Amazônia². Considerado um dos principais legados da presença estrangeira no Brasil Imperial, o livro de Martius proporcionou, em escala crescente, a difusão de estudos precisos e meticulosamente aferidos sob o poder das ciências naturais, sobretudo àqueles relativos à fauna e à flora, além de contribuições ao conhecimento da diversidade corográfica, demográfica, cultural, social, econômica das localidades então visitadas.

Nunca é demais salientar que os relatos de viagem e exploração, levados a cabo pelas potências europeias a partir de meados do século XVIII e, principalmente, no

² A inclusão da Amazônia no percurso de Spix e Martius não pode ser vista como mera extensão geográfica da viagem litoral-sertão há fortes razões para se aventar que o interesse dos dois, sobretudo de Martius e suas conjecturas sobre a arqueologia dos índios brasileiros, recaía no afã de se encontrar vestígios de uma civilização perdida, decaída em função de epifenômenos telúricos ocorridos em remotas eras. A esse respeito, ver Lisboa (1997).

decurso do século XIX, além de alterarem a forma de como o europeu lidava com o outro, no caso em questão, com os índios do Brasil, impulsionaram uma modalidade nova de interação entre o público europeu, sequioso de novidades, aventuras e descobertas científicas, e os relatos que então passaram a ser editados e reeditados amiúde. Sobre esse quadro, Pratt considera que

Em meados do século XVIII, dois processos simultâneos e, diria eu, entrecruzados transformaram a viagem e a literatura de viagem na Europa do norte. O primeiro é a emergência da história natural como estrutura globalizante do conhecimento, e o segundo é o término da fase das navegações de exploração e o advento da exploração em terra firme rumo ao interior [...] uma mudança que coincide com várias outras, incluindo a consolidação dos modelos burgueses de subjetividade e a inauguração de uma nova fase territorial do capitalismo. (PRATT, 1999, p. 22-23).

No presente ensaio, a importância dos estudos eminentemente científicos, lastreados no rigor e na sistematicidade da métrica da ciência que, na época, já informava pretensões, modos de agir e, principalmente, perspectivas de mundo do europeu quando em trânsito por terras e mundos distantes, será aferida meramente como parâmetro de cotejo com uma abordagem política e outra de cunho estético. Assim sendo, na primeira seção a análise recai no texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, dissertação elaborada por Martius (1845), quando do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1840, e que lhe valeu o prêmio pela melhor proposta programática de se elaborar uma história para a pátria brasileira recém liberta do jugo português. Na seção seguinte, a apreciação do diário de viagens e do romance *Frey Apollonio, um romance do Brasil*, eivados de circunstâncias históricas específicas, tem o propósito de apontar correspondências, e pequenas idiosincrasias assentes às leituras de Brasil que, por caminhos diversos, o naturalista alemão palmilhou e sedimentou.

Não se pode perder de vista que toda e qualquer investida teórica rumo à interface da história com a literatura pode ocasionar escolhos insondáveis aos propósitos do pesquisador. Atento a tal risco, o estudo presente lida com o texto de Martius não apenas como um manual de recomendações aos artífices da história brasileira em franco processo de elaboração, mas também como um texto cujo pendor e arranjo estrutural ainda não haviam passado pelo crivo da separação entre história e literatura, processo

esse que, como se sabe, se deu de maneira contundente em fins do Oitocentos³.

Pouco ressaltada nos estudos que priorizam o seu caráter prescritivo e, até mesmo, vaticinador da história brasileira, a dissertação de Martius não derivou de uma estrita organização textual comprometida com os quadros da nossa arqueologia histórica, como se esta se encerrasse em si mesma. Pelo contrário, não é só possível, como necessariamente procedente, procurar detectar liames outros que não apenas aqueles conformados aos quadros da esfera política propriamente dita. Por ora, basta adiantar que, para além da *epistème* com a qual o autor dialogou e conformou suas teses e suas recomendações junto aos membros de alta cepa da política imperial, é possível ler o texto e percebê-lo numa flagrante conjunção com outros textos, ou seja, não só é percorrido por percepções textuais externas afeitas a sua condição intelectual do período, como, fundamentalmente, por textos outros de sua própria autoria como, por exemplo, a *Viagem pelo Brasil e Frey Apollonio, um romance do Brasil*.

Assim, não me proponho a dissecar o texto de Martius para, em seguida, sublinhar sua originalidade ou, pelo contrário, asseverar a tese de que não passa de simples compilação de outras abordagens que então pululavam entre os membros do IHGB. Tais empreendimentos já foram logrados por diversas abordagens – a começar por Varnhagen e Silvio Romero no século XIX e, já no segundo meado do século XX, por José Honório Rodrigues e Pedro Moacyr Campos – e repisar tal terreno não seria, a meu ver, contribuir de alguma forma com o exercício da crítica histórica.

Considerando tais assertivas, busquei inicialmente analisar o teor da monografia de von Martius⁴ destacando suas teses centrais e sua importância para com os pilares teóricos fundacionais da historiografia brasileira; num segundo momento, ao cotejar a dita obra com o diário de viagens *Viagem pelo Brasil* e do romance *Frey Apollonio, um Romance do Brasil*, fora-me facultado a possibilidade de pinçar um trânsito intenso de ideias e lugares-comuns que atravessam todo o erário teórico do autor ora analisado. Por fim, nas considerações finais, intentei exercitar o estado onde se encontra a crítica à dissertação de Martius e realçar os tropos literários com os quais o autor dialogou.

³ Segundo Roberto Ventura (2000, p. 28), “até o século XVIII a história encerrava toda uma coleção de objetos, que podia conter a descrição da flora, fauna e recursos naturais de uma região, dos costumes de seus habitantes, do modo de vida e governo”. Como adiante discutirei, é possível conjecturar a sobrevivência desta visão de história nas formulações de Martius.

⁴ Em função de grande parte das citações recorrerem unicamente ao texto de Martius, optei por citar as páginas da revista imediatamente à inclusão de cada excerto.

1 Como se deve escrever a história do Brasil ou para uma pedagogia dos sentidos da brasilidade

O IHGB, tendo sido constituído pelo cônego Januário de Oliveira e pelo marechal Raymundo José da Cunha Matos, no ano de 1838, promoveu um concurso que premiou o trabalho que melhor esboçasse os marcos sob os quais se erigiria a história do Brasil. A ocasião era muito oportuna, tendo em vista que a maioria do imperador Dom Pedro II poderia significar a contenção de muitas revoltas e insurreições que marcaram todo o período regencial.

Sabe-se que apenas dois trabalhos reuniram condições de concorrerem ao pleito estabelecido e, no final, o texto de Karl Friedrich Philipp von Martius, amavelmente chamado de “Carlos Frederico von Martius” pela própria revista do instituto, foi o vencedor. Intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*, o texto de Martius é, de fato, uma monografia bastante sintética que teve o mérito de acomodar, de maneira clara, as ideias e os pressupostos que doravante a historiografia brasileira irá acolher, seja para corroborá-los, seja para refutá-los ou, ainda, para simplesmente evidenciar a ocorrência dos mesmos.

Ideias tais como a exuberância, o exotismo e a grandiosidade da natureza brasileira, o hibridismo das três raças formadoras do “povo brasileiro”, a suposta ausência de conflitos sociais e dissensões regionais e, ainda, a maestria da elite brasileira ilustrada em conduzir desde a política até a formação, a extensão e a manutenção integral do território brasileiro faziam parte do projeto de nação ora então acalentado. Os relatos de viagem, de estrangeiros e de nacionais, bem como a literatura de formação predominantemente romântica não passaram ao largo dessas ideias, embora não alinhavadas plenamente aos alicerces de tal empresa. Sobre a relação de legitimação e/ou interlocução mais ou menos tensa sobre tais obras e o ideário dos artífices na nação brasileira, ver Chauí (2000) e Sussekind (1990).

Após uma breve introdução, Martius principia pela discussão do que ele chama de “ideias gerais sobre a História do Brasil”. Sobre tais ideias sobressai a da mescla entre as três raças que, numa condição excepcional, teria combinado

[...] elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou a caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do

encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular. (MARTIUS, 1845, p. 387).

A defesa da tese da mistura das raças não implicaria na aceitação de condições equânimes destas, considerando contribuições, feitos, conquistas; pelo contrário, tanto as diferenças físicas, fenotípicas e somáticas, quanto as morais, teriam atuado de maneira distinta conforme a energia, o voluntarismo e a “dignidade” de cada grupo racial, subentendendo que, ao português, haveria de ser dado maior relevo em função de sua supremacia moral. Para um texto que logrou triunfar sobre as outras proposituras para “uma” história-pátria em franca tessitura e articulação, o ensaio de Martius, é testemunho inexorável do trânsito e da intromissão do olhar estrangeiro não só nos aconselhamentos, mas nos próprios alicerces que dali pra diante firmarão o modelo de nação ora assumido.

Não há dúvidas que, ao tratar da questão histórico-antropológica do Brasil enquanto um compósito racial, o autor necessariamente teria que enxergar aspectos relevantes nas raças inferiores sob pena de cair numa contradição insolúvel. Todavia, mesmo que se detecte traços consideráveis do romantismo em Martius, acima de tudo em suas digressões sobre a estética da natureza, sua predisposição política e seu ideal taxonômico aliados ao ideal de uma “historiografia filosófica” marcadamente cosmopolita, o fazem herdeiro das Luzes. Além disso, o conceito de raça, como categoria fundamental do pensamento científico, “teria de esperar por gente como Gobineau para chegar a esse nível de filosofia” (DARNTON, 2005, p. 29).

Longe, portanto, da defesa do branqueamento, ao advogar a tese da mistura entre as raças, Martius teria sublinhado a atuação do “gênio da história”. Para Karen Macknow Lisboa (1997, p. 94), “Martius teria encontrado no pensamento de Voltaire e de Kant as matizes do conceito de ‘humanidade única’, assumindo que

Tanto a história dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação inglesa deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla dos povos célticos, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando! (MARTIUS, 1845, p. 383).

Como já dissemos, sem ainda assumir cientificamente o projeto de

branqueamento racial, não se pode negar que os fundamentos morais e civilizacionais já estavam lançados. Sobre tal condição, Lisboa salienta que o ideal de branqueamento das raças estaria subsumido na defesa da tese da mistura entre elas, capitaneada pela estirpe racial europeia, cristã, civilizada e conquistadora. Ainda, segundo Lisboa, Martius seria defensor de um monarquismo *avant la lettre* e mesmo que pareça fazer frente às teses detractoras, tanto da natureza, quanto do homem do Novo Mundo e, por extensão, dos silvícolas brasileiros, da filosofia do Setecentos, “todavia o que nos poderia parecer uma revisão das suas concepções setecentistas, profundamente marcadas pelas ideias para De Pauw, dificilmente se sustenta” (LISBOA, 1997, p. 180).

Por ora, não me imiscuirei nesse debate mesmo sabendo da sua importância e que ainda não fora de todo esmaecido no campo da historiografia brasileira. Entretanto, não só o IHGB, como também a monografia de Martius não seriam meramente obras e/ou demandas institucionais e ideológicas do conservadorismo imperial, “mas da afirmação de uma nova abordagem histórica, a história filosófica, perspectiva presente no IHGB desde a sua formação, [...] e que também orienta o plano vencedor de Martius” (CEZAR, 2003, p. 175).

No seu propósito de melhor caracterizar as façanhas de cada grupo racial, Martius passa, pois, a escandir detalhadamente o resultado dessa mistura. O resultado disso tudo é uma espécie de cadinho no qual não se perde de vista a condição precípua do português numa hierarquia mais moral do que material ou racial, o que, a seu ver, teria colocado o Brasil numa condição excepcional para orquestrar, com o salvo-conduto de uma historiografia filosófica e humanista e de uma historiografia pragmática, o ideal de perfectibilidade.

Os indígenas brasileiros, chamados por ele de “raça cor de cobre”, se encontravam num franco processo de degeneração, sendo, pois, “ruínas de povos”. A esse respeito, é bastante sugestiva a ideia de que as atuais tribos indígenas seriam produto de uma involução e que guardariam muita proximidade com os povos pré-colombianos mais avançados. Para Martius, ao historiador filosófico, municiado dos aportes empíricos que a historiografia pragmática lhe auferiam, caberia deslindar todo e qualquer óbice que mantivesse o suposto brilhantismo societário dos índios simplesmente sufocado pelo peso do passado. Nesse ponto, o autor é bastante taxativo e programático:

Em primeiro lugar devemos considerar o indígena brasileiro em suas manifestações exteriores, como um ente físico e compará-lo com os povos vizinhos da mesma raça. O passo imediato nos levará à esfera da alma e da inteligência destes homens; a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua atividade espiritual, e como ela se manifesta por documentos históricos. (MARTIUS, 1845, p. 394).

Cioso de que suas recomendações fossem levadas adiante por membros do IHGB, o botânico alemão sugere que se investiguem os resquícios do tronco linguístico tupi que, conforme Martius teria sido a língua embrionária de todos os índios brasileiros, sendo que as diferenças linguísticas seriam desvios, variações fonéticas e semânticas do tronco principal. O autor infere que seria de bom alvitre que também se estudasse as teogonias e as geogonias atinentes à mitologia indígena e que, a seu ver, poderiam fornecer pistas à confirmação de rastros de formações culturais, instituições sociais e de cultura material mais elevada. Nesse ponto, é muito interessante a proposta de Martius (1845, p. 387, grifo nosso):

Um observador filosófico não deixará de descobrir nos restos de mitos, e no *balbuciamiento poético*, que ainda hoje se encontram vestígios muito significativos de uma perda filosofia natural, e de um culto ainda enigmático. Uma indagação superficial do culto atual dos índios do Brasil contenta-se em considerá-lo como uma espécie de xamanismo ou fetichismo mas com isto não se dará por satisfeito o historiador, filosófico, que dos restos atuais de ideias e cerimônias religiosas conclui por noções anteriores mais puras, e por formas de um culto antigo, do qual os sacrifícios humanos dos prisioneiros, o canibalismo, e numerosos costumes e usos domésticos devem ser considerados com a mais bruta degeneração, e que somente deste modo tornam-se explicáveis.

É possível ler nas entrelinhas do chamado “balbuciamiento poético” uma postura teórica que não lida com a história purgada de constructos literários. Em Martius, o historiador filosófico, ao não prescindir da dimensão ficcional do fato histórico (econômico, social, cultural, jurídico e político), captaria os liames de uma história que, por ser eivada de catástrofes, dilúvios em seu prelúdio, não seria infensa ao trato ficcional.

No tocante aos portugueses, o botânico da Baviera não poupou elogios ao que chamou de “Sistema de milícias”, referindo-se à instauração de um organismo protetivo e reativo tanto às disputas com os naturais da terra, sendo que “venciam aos índios à força d'armas, ou induziam-nos com astúcias para servi-los”, quanto às incursões de estrangeiros, sobretudo de franceses e holandeses. Para Martius, além da

instrumentalização logística necessária à salvaguarda do território colonial, tal empresa ainda favoreceu o impulso aventureiro do português, adventício ou não, preconizando, de certa forma, o decisivo pendor dos poderes locais diante às arbitrariedades das demandas metropolitanas futuras.

O autor segue colocando acento nos feitos inaugurais do conquistador luso, sua opção pela exploração em detrimento ao povoamento, a tardia descoberta do ouro etc. Sem nenhum exagero de análise, é possível ver o endosso de teses que, apesar de algumas ambiguidades caras aos interesses da metrópole, irão compor irrefutáveis cânones sob os quais se erigirá quase toda historiografia brasileira do século XIX e boa parte do século XX.

Em outro momento, faz coro ao êxito logrado por uma nação minúscula e de seu indispensável cotejo com a história que se desenrolava em outros lugares, com destaque para as possessões portuguesas na Índia. Admitindo que “as mesmas razões gerais e poderosas, que imprimiram a uma das nações mais pequenas da Europa um movimento tão poderoso, que a impeliram para uma atividade que faz época na história universal, induziram-na igualmente à emigração para o Brasil” (p. 394).

Quanto às instituições então criadas, na sua maior parte enquanto *reflexo*⁵ das instituições europeias, Martius ressalta a importância das ordens religiosas, principalmente dos jesuítas “tanto para a etnografia dos indígenas, quanto para a história dos costumes do habitante europeu. Em geral, devemos reconhecer que a atividade de todas estas ordens não era desfavorável ao Brasil.” Mesmo reconhecendo o papel civilizador da ordem jesuítica junto à condição brutal dos nossos índios, com destaque à educação e ao controle dos instintos naturais, a meu ver, o autor em tela não desabona, de forma tão peremptória, a adoção de mecanismos de controle e cerceamento das investidas desta Ordem, culminando com a expulsão da mesma. Sobre um assunto espinhoso e que se movia num terreno movediço dos feitos dos portugueses, que, conforme a disposição política e ideológica do autor, não poderia ser de todo desabonada, Martius (1845, p. 395) se limita a assumir que “este acontecimento, que faz época na história universal, se acha profundamente enraizada na história do Brasil”.

É com relação ao português, e subsidiariamente aos povos indígenas e africanos,

⁵ O termo aparece em itálico no texto original de Martius. O viajante alemão fez uso de algo parecido em *Viagem ao Brasil* quando mencionou a metáfora do espelho ao se referir ao grau de civilização alcançado pela Europa e do salutar espraiamento do mesmo mundo afora. A esse respeito, ver Lisboa (1997, p. 128).

que o historiador, atento à história pragmática, haveria de delinear os marcos capitais da nossa formação histórica. Martius, didaticamente, infunde-nos que tal historiografia pragmática, espécie de *ad referendum* da própria história filosófica, nos exibiria a casa do colono, seus costumes, os modelos de educação utilizados, as transações comerciais, as relações de pertença e vizinhança, o progresso da poesia, da retórica e das letras como um todo.

Por fim, no tópico intitulado “a raça africana em suas relações para com a história do Brasil”, o autor se põe a analisar o legado dos negros africanos para com a formação histórica do Brasil. Além de menos extenso que os tópicos destinados ao europeu e ao índio, o que já denota uma clara condição de apêndice do negro junto à história pátria, o tópico é lacunar e lança poucas luzes a uma perspectiva de reconhecimento da positividade do acervo cultural africano. O autor sublinha a necessidade de se conhecer a estrutura do tráfico negreiro, suas injunções e o peso dos costumes africanos quando comparados aos dos índios. Enfim, caberia ao “historiador patriótico”⁶ “indicar qual a influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sobre o caráter português no próprio Portugal” (MARTIUS, 1845, p. 396). Martius é enfático ao destacar que toda essa compreensão passa pelo filtro da história universal e não é isenta de filantropia, ou seja, de um paternalismo europeu, no caso português, que moderaria os excessos típicos de raças que ainda se encontravam em tenra idade e, mesmo não sendo tão categórico quanto os herdeiros de Gobineau, a inferioridade racial do negro africano em nenhum momento é descartada.

Na última seção de *Como se deve escrever a História do Brasil*, Martius fala sobre a forma que deve ter uma história do Brasil. A seu ver, a historiografia haveria de considerar as diferenças regionais, sem, contudo, dar mais peso aos disparates e assomos locais e regionais do que ao firme propósito de enaltecimento e defesa do aspecto indiviso da pátria. Ao mencionar que a história é a mestra da vida, o autor oferece-nos uma visão muito conservadora acerca dos movimentos sociais no Brasil, uma vez que eles, segundo ele, padeciam de imaturidade e licenciosidade.

⁶ As expressões “historiador patriótico”, “historiador reflexivo” e “autor filosófico” são recorrentes no texto de Martius e funcionam como sinônimos da proposição “historiador filosófico”, porque parecem cambiar sentidos análogos.

2 É possível encontrar um viajante romancista em *Como se deve escrever a História do Brasil*?

Dando continuidade à discussão da monografia de Martius que fora premiada pelo IHGB, pretendo agora pinçar alguns elementos que permitem falar numa convergência de ideias, pressupostos e vaticínios histórico-políticos relativos à apreensão do Brasil por parte tanto do botânico, em trânsito pelo sertão brasileiro, quanto pelo literato autor de *Frey Apollonio, um romance do Brasil* e, como venho demonstrando até aqui, pelo “aprendiz” de historiador e demiurgo de um modelo da historiografia brasileira no século XIX.

A *Viagem pelo Brasil*, de Martius e Spix (1976), concebida sob um olhar contemplativo da natureza, de corte romântico, mas não deixando entrever a influência racionalista, é uma obra de inegável valor para o leitor contemporâneo que queira conhecer não só aspectos geográficos, demográficos, etnográficos e linguísticos relativos ao território brasileiro, como também inegáveis aforismos sobre a história dos lugares e, por extensão, a presciência sobre possíveis soluções aos entraves que impediam o Império do Brasil de fazer parte do concerto das nações mais civilizadas de então. Além disso, é curioso notar que a obra, que tinha mais de mil páginas de texto escrito, trazia ainda um atlas com várias estampas litografadas e ainda um compêndio musical no qual se apresentavam canções populares brasileiras e melodias típicas dos índios que eram recolhidas no curso das viagens. Sua primeira edição completa – composta de três volumes e um atlas – aparece com o título de *Viagem pelo Brasil*, sob a chancela do IHGB em 1938, tendo sido traduzida por Lúcia F. Lahmeyer.

Sem querer examinar detalhadamente o diário de viagens de Martius e Spix (1976), algo que sobeja na historiografia, nas ciências sociais, na crítica literária e demais áreas afins, sem falar nas ciências naturais, o que me interessa aqui é tentar encontrar nele elementos que me permitam associá-lo à monografia ora analisada e, a partir de então, sugerir possíveis entrecruzamentos entre ambas, bem como o romance supracitado. Já confrontado o diário com a dissertação do viajante alemão, Manoel Luiz Salgado Guimarães sustenta uma análise muito útil às pretensões deste artigo. Para ele:

Martius, agora o viajante-historiador, realiza com este texto emblemático as condições para a emergência do texto histórico no sentido moderno. O ter visto e o ter estado no Brasil asseguram-lhe as condições de produção do seu

texto, reafirmando o sentido implícito no termo “história” em que o ver é a condição para o saber. Aliás, não é outra a sua postura quando ao sublinhar que para a escrita de uma verdadeira história do Brasil, capaz de comportar um retrato de todas as regiões do vasto território, tornava-se indispensável “que o historiador tivesse visto estes países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades de sua natureza e população” (op. cit., 400, grifo do autor). Ou seja, que pudesse fundar sua escrita a partir de uma experiência semelhante a que realizara duas décadas antes em companhia de von Spix. (GUIMARÃES, 2000, p. 17).

Se no diário de viagens a mirada é endereçada a uma natureza exuberante, por vezes grandiosa e promotora de sensações de esplendor, medo, maviosidade e enternecimento, por vezes, um mosaico confuso e aparentemente caótico da simbiose fauna-flora, ambas “naturezas” passíveis de serem experimentadas ora apenas por aqueles que a percebem sob o prisma da estética do sublime, ora por aqueles capazes de lhe submeterem à decifração da métrica científica. Na monografia, encontramos referências às geogonias e às teogonias que, conforme Martius, poderiam ter composto o cenário inaugural da formação da natureza americana e, no caso em questão, da região amazônica, impingindo-lhe traços de um verdadeiro dilúvio.

Na *Viagem pelo Brasil*, a luxuriante natureza serve como atestado de um passado onde o homem amiudou-se diante do espetáculo do mundo natural. Esse amesquinamento biocultural teria sido a contrapartida da grandeza do meio natural. Nessa condição, o indígena americano, então imaginado como derivado de um tronco-comum do grupo tupi⁷, ao perder uma pretensa “disputa” com as forças do meio natural, naturalizara-se descaíra numa condição de fragmentação tribal, espacial e linguística, conservando uma fisionomia corporal quase que inalterada, como é possível ver em algumas pranchas pintadas pelos próprios viajantes⁸.

Por sua vez, o romance *Frey Apollonio, um romance do Brasil*, escrito por Martius em 1831, só veio a ser conhecido pelos brasileiros bem recentemente, quando da iminência do bicentenário de seu nascimento fora traduzido do alemão gótico para o português por Erwin Theodor e publicado pela Brasiliense em 1992. É tido como

⁷ Sobre tal aspecto, diversas passagens dos textos de Martius no diário, na monografia e no romance aqui analisados sugerem sua filiação ao monogenismo. Conforme acredito, sustentar a hipótese da diversidade de tribos e dialetos indígenas terem derivados unicamente de uma matriz tupi não só permitiu nosso autor sustentar uma proximidade evolutiva dos primórdios de nossa formação histórico-arqueológica com as civilizações pré-colombianas mais adiantadas, como também o resguardou do assédio da hipótese poligênica que ganharia fôlego com a constatação de troncos humanos primevos de múltiplas origens.

⁸ Em alguns enquadramentos, os indígenas aparecem quase que totalmente idênticos uns aos outros e com posturas corporais similares aos homens das cavernas.

representante do *Bildungsroman*, ou seja, um genuíno romance de formação que, aos olhos de seu tradutor, teria sido o “primeiro romance do Brasil”, antecipando até mesmo nomes como Teixeira e Souza, Macedo e Alencar, tidos como fundadores da primeira geração romântica.

O livro narra uma série de episódios de uma missão catequizadora que fora conduzida pelo Frei Apolônio, freire de origem capuchinha. O texto envolve catequização, descrição das reduções religiosas e entroniza um debate entre esse religioso, um comerciante chamado Riccardo e Hartoman, *alter ego* de Martius, cujo fito era o estudo metuculoso da natureza.

Para o propósito de minhas considerações, importa salientar que a ação principal do livro desenrola-se em uma viagem pelo Rio Amazonas adentro, culminando com a fronteira com o território colombiano. De acordo com o breve prefácio elaborado pelo autor, o romance mistura realidade com ficção, sendo que “seus personagens viveram”, e em outro momento “conheci-as e tomei parte ativa de sua existência, ou então lhes ouvi narrar as experiências” (MARTIUS, 1992, p. 11).

Mesmo que brevemente, se faz necessário fazer alguns comentários sobre a temática do romance. Para Lisboa (2008, p. 119):

Os efeitos da colonização europeia na América e a contradição do processo civilizador eurocêntrico formam o pano de fundo da trama. Discutem-se as diferenças entre a Europa e o Novo Mundo, questiona-se a crença na superioridade cultural do branco, idealiza-se o ambiente natural dos trópicos, recorrendo ao tema da lassitude do mundo europeu de cuja realidade se deseja escapar. A paixão pela natureza selvagem e as oscilações anímicas, provocadas pela percepção do indivíduo com uma totalidade submetida a uma força misteriosa condutora dos destinos humanos, são projetados na pujança da mata equatorial.

Nas descrições de Hartoman, a preocupação com a verossimilhança da natureza e das gentes encontradas aproxima a narrativa ficcional do relato de viagem a ponto de fundi-los num único texto visível, até certo ponto na contramão da tendência finissecular do Setecentos e início do século XIX, apresentada por Catherine Gallagher para quem “os romancistas do século XVIII libertaram a ficção ao renunciarem às tentativas daqueles que lhes antecederam de convencer os leitores de que suas histórias eram verdadeiras ou, de algum modo, diziam respeito a pessoas reais” (GALLAGHER, 2009, p. 630).

A composição do texto, a descrição do cenário e, principalmente, os juízos de

certeza atinentes à existência real das personagens, que o autor fez questão de salientar, enfim, esses e outros aspectos levam o leitor de *Frey Apollonio, um romance do Brasil* a percebê-la como uma obra mais próxima do novel do que propriamente do romance. Estaria Martius preocupado em ser coerente com a imagem do Brasil então fixada no tratado que lhe valeu o honoraria do IHGB e de seu diário de viagens? Se o texto *Frey Apollonio, um romance do Brasil*, como inferido pelo seu tradutor, foi mais uma obra de diletantismo, uma vez que só recentemente se tornara conhecida pelos leitores brasileiros, quais teriam sido as razões pelas quais Martius insistira na verossimilhança de seus personagens?

Uma possível solvência a tais indagações reside naquilo que Verena Alberti (1991) chamou de “relação de contiguidade entre ‘criador’ e ‘criatura’”. Em Martius ainda sobressai o zelo com a escrita compromissada com a dimensão social, facultando-lhe um certo aprisionamento de seus personagens ao mundo real. De qualquer forma, ainda seguindo a trilha de Alberti, o processo de autonomização da literatura em relação à história ainda estava em seus primórdios o que, de certa forma, poderia ter contribuído para com o acautelamento do autor acerca de certos deslizamentos subjetivos.

Além disso, mesmo não se dedicando tanto ao estudo dos negros e afrodescendentes em geral, visivelmente secundados no tratado e nos demais textos de Martius, o cientista alemão não poupou esforços em encontrar os marcos fundacionais de uma esplendorosa “civilização” tupi, monolítica em termos de língua, cultura material e espiritual que, como já expus, degenerou ao longo do tempo em função de intempéries de uma natureza portentosa. Mesmo que correndo o risco de uma associação pouco plausível, é possível vislumbrar nessa nação nuclear um tipo de âmbar aos discursos que, doravante, serão elaborados em torno da ideia de Brasil uno e indiviso. O centralismo, agora a ser reafirmado, não nos seria de todo alienígena e sua consolidação só confirmaria a grandeza que aqui deitara terreno desde as eras mais remotas.

É Flora Sussekind, em *O Brasil não é longe daqui*, que, ao mostrar o compromisso de toda uma geração de literatos brasileiros, justamente aqueles da geração de 40 ou do “tempo saquarema”, em “fundar” as origens da nação brasileira, nos ajuda a entender toda a complexidade dos feixes discursivos que, em franca ebulição, ditava o teor das interlocuções entre cronistas, historiadores e romancistas:

A uma paisagem atemporal e pitorescamente cheia de referências locais, e a uma essência meta-histórica – a que se chama Brasil – que preexistiria à conquista europeia, persistiria durante o período colonial e justificaria a consolidação de um Estado-Nação imperial como o que a parcela da classe dominante ligada ao trono lutava para assegurar em meio aos levantes que se sucediam durante o período regencial e os primeiros tempos do Segundo Reinado por todo o país. (SUSSEKIND, 1990, p. 37).

Tendo em vista permutas entre os ideógrafos da pátria, sejam eles vinculados à política ou à literatura, e as ideias de viajantes europeus, é sugestiva a noção de que “as ideias não estão tão fora do lugar” como assim admitiu Roberto Schwarz (1977). Se a senda é a ficção, a faina de entrecruzar os já canonizados fundamentos da pátria-Brasil com os meandros típicos do romance de formação, ainda não eclipsara o nexos moral – e evidentemente político – da leitura histórica martiusiana.

A reflexão empreendida até aqui sobre o espaço da literatura na modernidade permitiu identificar esse espaço com aquele conferido ao indivíduo único e singular, o sujeito psicológico, que se configurou juntamente com os sujeitos político e moral no contexto específico à nossa cultura. Assim é ao indivíduo único, solitário, exterior e ao mesmo tempo acima da sociedade, que se pode relacionar a literatura – como expressão desviante e livre, não mais “narração” de informações e da tradição, mas criação íntima de possibilidades incomensuráveis; não mais “responsabilidade social”, e sim lugar da questão e da dúvida. (ALBERTI, 1991, p. 71).

A título de um epidérmico esboço do que consta no subtítulo desta produção, considero que é possível se pensar, sim, em uma marcante congruência entre os três textos, o científico, o histórico e o ficcional. Em todos eles, Martius “viaja”, “apalpa” lugares, comunidades, sistemas econômicos, estilos de vida, costumes, e, sem abrir mão dessa *conditio sine qua non* do narrador-viajante sempre em trânsito verbaliza imagens e representações de um Brasil onde natureza, positividade na simbiose entre as três raças e regionalização subsumida num centralismo político *tout cour* compõem verdadeiros eixos-interpretativos da história nacional, passíveis de serem revisitados tanto pelo historiador como literato e pelo cronista.

Considerações finais

O tratado *Como se deve escrever a História do Brasil*, de Karl Friedrich Philipp von Martius, já foi bastante acareado e apreciado pela historiografia brasileira dos fins do XIX aos dias correntes. Procurei reter aqui algumas das apreciações mais

significativas da obra e que, conforme admito, balizam direta ou indiretamente a investigação por mim ensejada. Silvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira* assevera que:

O célebre botanista (*sic*) bávaro Carlos Frederico Filipe de Martius preparou em 1843 uma dissertação sob o título – *Como se deve escrever a história do Brasil*. Nesse pequeno trabalho, um dos mais interessantes que tenho lido de penas estrangeiras sobre o Brasil, Martius abriga-se ao grande princípio moderno das nacionalidades, coloca-se num ponto de vista etnográfico e indica em traços rápidos os diversos elementos do povo brasileiro. Os selvagens americanos e os seus costumes e suas aptidões psicológicas, os negros africanos e seus hábitos, os portugueses e suas vantagens de gente civilizada, tudo isto deve ser interpretado escrupulosamente; porque de tudo isto é que saiu o povo brasileiro. É exato; resta apenas que se diga como é que estes elementos atuaram uns sobre os outros e produziram o resultado presente. Em uma palavra, a teoria de Martius é puramente descritiva; ela indica os elementos; mas falta-lhe o nexos causal e isto seria o principal a esclarecer. É uma concepção incompleta. (ROMERO, 1980, p. 5).

Vê-se que mesmo concordando com a interpenetração das raças na composição do cadinho do povo brasileiro, Romero aponta limites no texto de Martius que, para ele, é raso no tocante às questões mais fulcrais, deixando “em completo esquecimento o ponto saliente do problema – o *mestiço*, sobre quem peculiarmente deveria insistir, estudando, repetimos, o especial quinhão de *cada fator* e definindo o caráter do *resultado*” (ROMERO, 1980, p. 117, grifos do autor).

Para Riccupero (2004, p. 125), a originalidade que se faz necessária reconhecer no texto de Martius se refere ao fato de ele ter salientado a “importância das três raças como fator histórico na formação da nacionalidade brasileira”. Guimarães (1988) afere o conservadorismo no texto de Martius, destacando que sua compreensão ulterior passa pelo entendimento das influências epistemológicas das Luzes, mais especificamente encaminhadas por uma tendência autoritária e pouco infensa às mudanças. Para Vainfas (1999), as ideias de von Martius discutidas em *Como se deve escrever a história do Brasil* não encontram eco tão significativo na historiografia que viria *a posteriori*, tanto que o sincretismo racial sugerido por ele nem de longe de aproxima da proposta de Varnhagen. Além disso, esse último não se deixou seduzir pela proposta de uma história filosófica, legitimada pelo primeiro e teria produzido um texto árido e factual.

Ainda na senda de abordagens centradas nos vínculos imperativos do texto de Martius com as ideias e os paradigmas então em voga na Europa, Lisboa, ao mencionar o tratamento da questão racial brasileira sedimentado no texto do alemão, admite que

[...] uma análise mais criteriosa mostrou-nos justamente que esse suposta igualdade baseia-se numa espécie de racismo, que visa, por intermédio da mistura das raças, o branqueamento da sociedade e a paulatina exclusão das demais etnias, consideradas inferiores, no processo civilizador. (LISBOA, 1997, p. 183)

No entanto, Temístocles Cezar consegue destrinçar o “joio do trigo” no texto martiusiano. Esse estudioso dos arranjos políticos do projeto de nação brasileira, sublinha o fato de que a primazia dos indígenas na constituição territorial brasileira era um dado que “não constituía uma evidência” e, conseqüentemente, teria tido implicações não de todo negativas nos rumos tomados pelo Estado brasileiro ao abrigar tal problemática.

Como se pode ver, os poucos autores acima citados, não envidam esforços no trato da relação história, literatura e ciência em se tratando do texto monográfico de Martius. Por ora, e respeitando os limites propostos neste artigo, uma passagem de Roger Chartier me parece ratificar e encerrar a maior parte das questões aqui lançadas, senão vejamos:

Ricouer mostrou que as coisas não eram bem assim, e que a ruptura com a história factual não implicava necessariamente a ruptura com as figuras da elaboração da narrativa. A história, qualquer que seja ela, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, mesmo a mais conceitual, permanece sempre dependente das fórmulas que governam a produção de narrativas, seja de história, seja de ficção. (CHARTIER, 2011, p. 356)

Referências

- ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1991.
- CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon Salomon (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC : Argos, 2011.
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser a escrita da história no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org.) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 173-208, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2000.
- DARNTON, Robert. O processo do Iluminismo: os dentes falsos de George Washington. In: _____. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Cia das Letras, p. 29, 2005.

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI (Org.). *A cultura do romance*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Cosac Naify, p. 629-58, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, 7(2): 391-413, 2000. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702000000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 15 ago. 2014.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LISBOA, Karen Macknow. Da expedição científica à ficcionalização da viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 1, p. 115-132, jan/jun 2008. Disponível em:
<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/108/88>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 24: 389-411, 1845.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Frey Apollonio, um romance do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist Von. *Viagem pelo Brasil*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976. Vol. 3.

PRATT, Mary Louise. Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante? In: VÉSCIO, Luiz E.;

SANTOS, Pedro B. (Orgs.). *Literatura e História: perspectivas e convergências*. Bauru: EDUSC, p.17-54, 1999.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1980.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

SCWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo, Duas Cidades, 1977.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, agosto de 1999.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.